

## **Capitalismo, gênero e trabalho sexual:**

o tensionamento das temporalidades nas plataformas digitais

**Cinthya Bastos Ferreira**

**RESUMO:** O artigo examina as relações entre temporalidade e capitalismo, com destaque para seus impactos nas relações de gênero e na organização do trabalho sexual mediado por plataformas digitais. Baseando-se em revisão de literatura e na observação não-participante de *sex techs* nacionais, argumenta-se que a hegemonia mercadológica alçada pelas empresas do ramo promove uma subsunção real do trabalho sexual ao capital, intensificando mecanismos de exploração que conjugam uma multiplicidade de tempos não-remunerados dedicados direta ou indiretamente ao trabalho. Conclui-se que as dinâmicas temporais que integram o *offline* e o *online* em concomitâncias e sobreposições convocam à revisão crítica das fronteiras e das confluências entre sexualidade, dispositivos digitais e condições laborais em suas manifestações contemporâneas.

**Palavras-chave:** trabalho sexual, mercado digital do sexo, tempos sociais, gênero.

### **Capitalism, Gender, and Sex Work: The Tension of Temporalities in Digital Platforms**

**ABSTRACT:** This article examines the relationship between temporality and capitalism, with a particular focus on its impact on gender relations and the organization of platform-mediated sex work. Drawing on a literature review and non-participant observation of national sex tech companies, the study argues that the market dominance achieved by these firms fosters the real subsumption of sex work into capital, intensifying mechanisms of exploitation that involve a multiplicity of unpaid time dedicated directly or indirectly to labor. The article concludes that the temporal dynamics integrating offline and online spheres through simultaneities and overlaps call for a critical reassessment of the boundaries and intersections between sexuality, digital platforms, and working conditions in their contemporary manifestations.

**Keywords:** sex work, digital sex market, social time, gender.

### **Introdução**

Não há existência fora do tempo. O que se compreende por tempo, porém, é variável e encontra-se aberto a disputas dos mais diversos teores. Os sentidos atribuídos

ao tempo, e a capacidade que este adquire de influir nos ritmos da vida, não são unívocos – o que, por si só, coloca em perspectiva sua figuração enquanto dado natural globalizante, que recobriria a tudo uniformemente. Isto é, o tempo é construído nas e pelas práticas sociais, assim como o somos por ele. Como construção, o tempo não é definitivo: é permeável a mudanças. É o mesmo, sendo outro, em um jogo de continuidades e rupturas. Assim, enquanto objeto de investigação, o tempo interessa a diversas áreas do conhecimento, engendrando incursões pela Filosofia, pela Física, pela Sociologia, pela Psicologia, pela História, pela Teologia, bem como incluindo esforços multidisciplinares de estudo e de reflexão. Essa variedade de abordagens e de ênfases indica para a complexidade da categoria, que não só comporta interpretações contrastantes, que podem estar atreladas ao tipo de indagação a ela dirigida ou a fatores de ordem cultural e política, como também se erige na multiplicidade, de modo que temporalidades distintas coexistem, coordenam-se, opõem-se e/ou conflitam-se.

Tendo isso em vista, neste artigo, de cunho ensaístico, busca-se em um primeiro momento discutir, desde um nível mais amplo de abstração, os impasses que perpassam o que se apresenta socialmente como tempo, enfatizando seu caráter multifacetado e regulador da vida cotidiana. Nesse sentido, trata-se de uma via de mão dupla, que inclui desvelar a arregimentação do tempo pelo social e a interpelação do social pelo tempo, pois considera-se que esse esforço dialético, centrado nas coproduções e nas afetações mútuas, atravessadas por tensionamentos e estabilizações provisórias, auxilia em revelar a plasticidade do tempo e sua corporificação eminentemente relacional nos liames das disputas políticas por hegemonia. Esta contextualização servirá de preâmbulo para indagar o tempo a partir de sua inscrição nas sociabilidades capitalistas patriarcais<sup>1</sup>, em que o trabalho sexual tende a se localizar nas camadas mais estigmatizadas dos regimes de valoração social, em uma sociedade que concomitantemente demanda e condena os serviços que nele estão implicados, maculando os sujeitos e, em especial, as mulheres atuantes no ramo, fazendo confluir conflitivamente tempos laborais, tempos generificados, tempos normativos e tempos dissidentes.

### **Tempo em perspectiva**

Em sua obra clássica sobre os Nuer, povo que habita a região sudeste do Sudão, Evans-Pritchard (2005) fornece subsídios relevantes para se pensar as diferentes balizas temporais que organizam sociedades distintas, por um lado, e a convivência de tempos distintos no bojo de uma mesma sociedade, por outro. No primeiro caso, evidencia-se que

a concepção de tempo linear e progressivo, que caracteriza as sociedades ocidentais modernas, é uma, entre inúmeras outras possíveis, a compor o que se denomina por realidade, ainda que esta, com frequência, tenda a se propagar e a se reivindicar como inquestionável. No segundo caso, lança-se luz sobre a maneira multifacetada de entender e de experienciar (n) o tempo. Desse modo, entrevê-se uma interpenetração de tempos naturais, sociais, espirituais, históricos e de resolução de conflitos que se definem mutuamente. Cada um desses tempos possui uma lógica ou fundamento próprio, mas todos eles estão entrelaçados com as relações que se formulam entre indivíduos e grupos em determinadas circunstâncias ambientais, as quais regulam a movimentação humana e animal, assim como as atividades a serem exercidas, conformando também modalidades de compartilhamento da memória coletiva e de conexão com os ancestrais.

A partir disso, vislumbra-se que o tempo, enquanto uma instância que permite aos seres sociais se referenciar e se localizar no mundo, demanda sua articulação no plural. Cada sociabilidade mobiliza e maneja o tempo de forma específica, ainda que prossiga com a diversidade de suas expressões particulares, tendo em vista suas premissas e seus objetivos. Estes aspectos implicados na conformação do tempo tendem, contudo, a passar por um filtro de reificação que o torna envolto em essencialismos. Nesse sentido, quando Evans-Pritchard (2005, p. 116) pontua que os Nuer “não possuem uma expressão equivalente ao “tempo” de nossa língua e, portanto, não podem, como nós podemos, falar do tempo como se fosse algo concreto, que passa, pode ser perdido, pode ser economizado e assim por diante”, coloca-se em relevo justamente as simbioses entre regimes temporais e estruturas sociais. Desse modo, em termos comparativos e esquemáticos, é tanto possível um cenário em que o processo de realização de tarefas demarque as temporalidades, como se observa entre os Nuer, quanto um cenário em que se preestabelece unidades temporais para o transcurso de determinadas atividades, como se observa nas sociedades capitalistas.

Nestas, verifica-se que o tempo se subordina à esfera produtiva. No entanto, o tempo não possui senão a agência que as dinâmicas de poder, fruto das correlações de forças em vigência, lhe transmite e exige. Os instrumentais variados de que a humanidade se dispõe para orientar-se no tempo adquirem roupagens singulares a depender do papel a que são chamados a desempenhar: não há, pois, geração espontânea. Sendo assim, se faz forçoso retomar que a transição ao capitalismo, ao envolver a separação do trabalhador das condições materiais de realização do trabalho, a partir da consolidação da propriedade privada, constrange a camada expropriada a adequar-se às normativas estabelecidas pela camada proprietária, as quais têm amplas reverberações no que diz

respeito às possibilidades diferenciais de disposição do tempo pelas populações. Por se ancorar na valorização do valor, o capitalismo não pode prescindir da exploração da força de trabalho via extração continuada de mais-valia ou, em outros termos, via tempo de trabalho não-remunerado, que se torna riqueza para um outro que não àquele que a produz: nos dizeres de Marx (2004, p. 86), “se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho está diante dele, se sua atividade lhe é martírio, então ela tem de ser fruição para um outro”.

Neste ínterim, se a mercadoria aparece como expressão elementar da riqueza social no modo de produção capitalista, sua investigação passa pelo reconhecimento de um duplo caráter desta: ao mesmo tempo valor de uso e valor (de troca). Enquanto o valor de uso se associa à utilidade de uma coisa ou conjunto de coisas que por suas propriedades qualitativamente diversas atendem a necessidades humanas múltiplas, o valor de troca, por sua vez, se caracteriza pelo intercâmbio de valores de uso de um tipo por valores de uso de outro tipo, baseada em uma relação quantitativa de busca por equivalência, de modo que o valor de uso se realiza com o consumo, mas para se realizar enquanto consumo, primeiro tem de se realizar enquanto valor de troca. Ao se compreender que a equivalência não pode ser encontrada nas próprias propriedades físicas das mercadorias, que se distinguem em qualidade, a comparação entre elas pressupõe, dessa forma, uma substância comum, passível de ser medida em função da proporção que contêm. Essa substância, que rege e é fonte do valor, é justamente o trabalho humano empregado na objetivação dos produtos do trabalho, o qual é medido pelo tempo socialmente necessário para a produção.

Desse modo, como conclui Marx (2013), o valor relativo das mercadorias depende da maior ou menor quantidade de trabalho que estas encerram, sendo que a medida deste dispêndio de energia cristalizado nas mercadorias não se pauta por desempenhos individuais, mas pelo tempo médio, em circunstâncias de produção e de desenvolvimento técnico específicas, do trabalho socialmente igualado e abstraído. Assim, a partir destas considerações, vê-se que o tempo é um aspecto de centralidade incontestável para o capitalismo. O controle temporal, contudo, não se restringe à esfera analiticamente circunscrita da produção, mas atravessa todos os âmbitos do vivido. Se no mundo do trabalho, de acordo com o disposto por Thompson (1998) e por Braverman (1987), paulatinamente se desenvolve um profundo disciplinamento da classe trabalhadora a partir da pressão exercida pelo cronômetro e pelo ritmo de movimentos requeridos pela maquinaria, criada para atingir objetivos de maior produtividade (a ser futuramente

apropriada individualmente), o estar “fora” da produção não blinda a classe trabalhadora das convenções temporais que privilegiam a reprodução capitalista.

Quanto a isso, tem-se que esse tempo, apresentado como “fora” da produção, é frequentemente preenchido pelo consumo e/ou pelo trabalho não remunerado de cuidado nas famílias ou nas comunidades, o que contribui para ciclo de valorização ampliada do capital. Dessa forma, a organização do tempo na sociedade capitalista não apenas prioriza a produção, mas também subordina outras dimensões da vida social às exigências da economia, de tal sorte que o tempo, em sua dimensão social, passa a ser instrumentalizado para atender à lógica do mercado. Neste direcionamento, merece menção os apontamentos de Cardoso (2017) acerca da regularidade de estipulações de tempos dominantes nas sociedades, assim como de construção de hierarquias entre esses tempos. Nesses termos, o tempo dominante coage, constrange, mas também produz e organiza a revolta. E é nesta chave de leitura que se encontram os movimentos de reivindicação em torno da diminuição da jornada de trabalho, temática que Marx (2013, p. 428) aborda pela perspectiva da luta de classes, visto que o interesse do capital reside “única e exclusivamente no máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento, tal como um agricultor ganancioso que obtém uma maior produtividade da terra roubando dela sua fertilidade”.

Somado a isso, o autor (2013, p. 391) menciona ainda haver uma significativa variação na duração da jornada de trabalho, em função de limites tanto físicos quanto sociais, “porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações, por isso, encontramos jornadas de trabalho de 8, 10, 12, 14, 16, 18 horas, ou seja, das mais distintas durações”. Tendo isso em vista, torna-se profícuo analisar a jornada de trabalho desde o ponto de vista da comparação histórica, uma vez que esta análise fornece *insights* acerca das determinações dos avanços e dos recuos das conquistas trabalhistas. Neste entendimento, ao investigar os processos de saúde e de adoecimento no trabalho, Dejours (1994) elenca que, no que que concerne ao que se poderia indicar como “pré-história da saúde dos trabalhadores”, verifica-se que a redução da jornada de trabalho se firmou como a palavra de ordem que cobriu todo o século XIX. Neste contexto, em que surgem higienistas, alienistas e toda uma gama de saberes e profissões voltadas à “problemática do trabalho”, a preocupação parecia ser, antes de tudo, o da sobrevivência. Isto é, o que estava em foco era o direito de viver, não necessariamente o direito de bem-viver. Com as conquistas primordiais na instância do manter-se vivo é que surgem pautas mais diversificadas, em que a proteção do corpo se inscreve como preocupação fulcral.

Ainda segundo Dejours (1994), esse segundo momento da “história da saúde dos trabalhadores” caracteriza-se pela revelação do corpo como objeto de exploração. A palavra de ordem da redução da jornada de trabalho assume um segundo plano ante à luta pela melhoria das condições de trabalho, ao passo que, após 1968, a sensibilidade às cargas intelectuais e psicológicas de trabalho preparam o terreno para as preocupações com a saúde mental. Desse modo, se a luta pela sobrevivência condenava a duração excessiva do trabalho e a luta pela saúde do corpo conduzia à denúncia das condições de trabalho, o sofrimento mental vinha denunciar a organização laboral, a forma de operacionalizar a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, a modalidade de comando vigente, o peso psíquico da responsabilidade, entre outros fatores correlatos. Assim, em um balanço geral, ainda que as perspectivas das lutas de classe não se reduzam a um único objetivo e tampouco esses se fechem a um único período histórico, o importante a se reter é que condições concretas de vida e a consciência de afetação por elas se conjugam na movimentação política e, em geral, faz-se necessário pavimentar um percurso de conquistas parciais para que as reivindicações se tornem qualitativamente superiores e viáveis no cenário pragmático de negociações nas trincheiras da sociedade burguesa.

## **Antessala**

Até este ponto, discutiu-se uma versão genérica acerca do tempo no capitalismo. Em seguida, haverá um esforço em abordar os impactos das mutações do capitalismo sob os regimes temporais, o que viabiliza, concomitantemente, um exercício de relativização da homogeneidade ao levar em conta diferenças regionais ligadas à divisão internacional do trabalho, bem como as desestabilizações reverberadas pela categoria gênero sobre uma história pretensamente uniforme acerca do tempo e de seus usos sociais sob as relações capitalistas, o que contribui para desvelar o predomínio de uma compreensão masculinista da temporalidade na sociedade de classes. À vista disso, o que se reafirma é que o tempo não é o mesmo para todos, por motivos subjetivos, atrelados às impressões individuais de morosidade ou aceleração, que dizem do que capta ou não nosso envolvimento, afeto ou interesse, mas também materiais, os quais se ligam aos processos histórico-concretos de transformação do *modus operandi* da acumulação capitalista e de processos de aparelhamento e essencialização das diferenças reapresentadas sob o véu de identidades desistoricizadas e traduzidas em desigualdades que comprometem as possibilidades concretas de trânsito pelo mundo. Em última instância, ressalta-se aqui justamente as

porosidades, ou o nó, como diria Saffioti (2004), entre exploração, dominação e opressão.

### **Tempo, tempos... Capitalismo dependente, relações sociais de gênero e acumulação flexível**

A sociabilidade capitalista assume faces distintas no desenrolar da história, preservando, contudo, características que lhe são axiomáticas. O capitalismo contemporâneo (tardio, flexível, financeirizado, neoliberal, plataformizado, de vigilância, entre inúmeras outras adjetivações acionadas recorrentemente na literatura especializada a fim de dar conta da experiência capitalista no presente) difere daquele que emergiu com a supressão do feudalismo, assim como não se confunde com o capitalismo mercantilista ou industrial, embora traços de um ou de outro possam persistir e se reinventar na atualidade. Nestes deslocamentos de forma e conteúdo se entrelaçam dimensões econômicas, sociais, culturais, políticas e inter e intrassubjetivas, que compõem um quadro de relativa estabilidade da realidade social. Desse feito, apesar das mudanças significativas observadas ao longo da história, elas ocorrem no interior do capitalismo ele mesmo, que preserva em seu núcleo duro a propriedade privada dos meios de produção e a divisão da sociedade em classes sociais com interesses antagônicos e irreconciliáveis. Nesse sentido, se as permanências do/no sistema são parciais, assim também os são seus rompimentos, que conformam novidades a serem escrutinadas no próprio movimento valorização do valor.

Nesse enquadre, se é possível pensar, como exposto por Bihr (1998), em um período de vigência do compromisso fordista, onde se buscou conciliar capital e trabalho na reprodução capitalista, criando um cenário de standardização produtiva e de seguridade social apoiadas no casamento entre keynesianismo econômico e *Welfare State*, por outro lado é necessário tecer ponderações no sentido de esta configuração ter se restringido a formações sociais do centro do capitalismo, ao passo que, na periferia do sistema, impôs-se o prosseguimento da condição dependentista, baseada na transferência de valor Sul-Norte, na superexploração da força de trabalho e na posição de subordinação econômica, política e tecnológica, ideologicamente transfigurada em atraso e inferioridade como traços naturalmente constitutivos de nações e, por extensão, de populações originais destes territórios, como elucidado por Vieira Pinto (2005) e Marini (2005). Além disso, em consonância com Gramsci (2008), vislumbra-se que a socialização parcial dos ganhos de produtividade através da elevação salarial e do

investimento em infraestruturas públicas, assim como a inclusão de formas institucionais de estabilização da relação capital-trabalho, não pode ser compreendida apartada dos confrontos ideológicos por hegemonia em uma conjuntura em que se impunha a necessidade, do ponto de vista do capital, de superar a perspectiva de emancipação socialista.

Nesse contexto industrial de difusão do gerenciamento científico do trabalho pelas premissas do taylorismo-fordismo, coloca-se em marcha um processo acentuado de adaptação psicofísica da classe trabalhadora à racionalização dos movimentos nos fluxos temporais padronizados das jornadas de trabalho. Por conseguinte, reafirma-se uma demarcação entre os tempos de trabalho e os tempos de vida, ao menos para uma parcela significativa da população do Norte global que se encontrava na esfera produtiva: os homens. No entanto, o disciplinamento vigente no chão de fábrica percorria também os tempos de não-trabalho, havendo um esforço social de construção de uma ética higienista e funcional ao tempo de trabalho. Isso englobava a condenação de práticas que pudessem interferir prejudicialmente nos rendimentos laborais individuais, como o uso de álcool e/ou adoção de condutas sexuais vistas pelo prisma do desvio. Dessa forma, os dispositivos de controle sobre os usos do tempo fora do trabalho são incisivos no sentido de produzir sociabilidades alinhadas às demandas de intensificação laboral. Nesse direcionamento, de acordo com o que vai retomar Fraser (1997), tem-se como efeito a instituição do “salário familiar”, que tem em sua base a divisão entre homem provedor e mulher dona de casa.

Como se pode presumir, trata-se de um modelo ancorado na heterossexualidade compulsória e no apagamento do trabalho feminino não-remunerado, em geral apresentado sob o crivo do destino biológico. No entanto, mesmo com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a responsabilização pelas tarefas de cuidado, que envolvem a manutenção diária da vida, não é redistribuída, gerando um acúmulo de afazeres a serem compatibilizados no cotidiano. Dessa forma, a crescente participação das mulheres na atividade profissional vem a sublinhar a pressão que exercem também os tempos de vida privada, que por muito tempo permaneceram na sombra do trabalho na esfera pública, quando, em um universo laboral masculino, o tempo fora do trabalho podia ser considerado sinônimo de tempo livre. Assim, tal qual argumenta Freitas (2016), não raro as mulheres se sentem pressionadas a terem de optar entre a vida profissional e a vida familiar, em especial quando esta última é perpassada pela maternidade. Essa opção em abstrato, porém, não é real para muitas das mulheres das classes populares, que precisam equilibrar-se em meio a compromissos de ordens distintas, muitas vezes mobilizando

redes de ajuda familiares ante ao vácuo de políticas públicas que permitissem resolver a questão do cuidado, sentindo-se insuficientes em todos eles.

Com isso, o horizonte que se desenha é o da sobrecarga e o da sobreposição entre tempos de trabalho e de não trabalho, com um invadindo o outro sem muita clareza, tornando a viração e o jogo de cintura não simplesmente atributos pessoais, mas artifícios socialmente aprendidos. Como discorrem Bessin e Gaudart (2009), há uma naturalização das chamadas “competências femininas”, a qual está baseada em uma temporalidade que se firma na relação de implicação e de compromisso pragmático-emocional com os outros, envolvendo um senso de resolução e de antecipação de problemas, bem como de ajustamento dos tempos pessoais aos tempos familiares. Tais colocações se cruzam com o debate realizado por Freitas (2016) acerca da concepção que apregoa a existência de uma “sabedoria da conciliação” entre as mulheres, o que, ao fim e ao cabo, apenas dá vazão à consciência adquirida por estas de que serão responsabilizadas pelo trabalho doméstico e de cuidados, o que opera no sentido de fazê-las se programar e se organizar de modo tal que todas as necessidades possam ser satisfatoriamente supridas. Assim, como afirma Cardoso (2007), as equações temporais individuais exprimem uma condição social e é na esteira dessas discussões que a temporalidade se encontra no cerne dos sistemas de gênero.

A partir disso, considera-se que as particularidades do capitalismo dependente e da vivência das mulheres no cruzamento entre o produtivo e o reprodutivo auxiliam em relativizar a imagem engessada que se evoca da realidade capitalista entre os anos de 1945 e 1970, também conhecida como a “era de ouro” do capitalismo, em função do crescimento econômico sem precedentes a que se assistiu nesse período. Esse aspecto torna-se relevante, também, por contribuir com um olhar crítico sobre as transformações do capitalismo contemporâneo que, ao elaborar respostas frente a um momento de crise estrutural, alavanca processos de reestruturação produtiva que generalizam as chamadas formas de trabalho “atípicas” (as quais, por outro lado, consistem na tipicidade terceiro-mundista). Ou seja, os regimes de trabalho formal com ampla cobertura de direitos sociais, característicos do *Welfare State*, não encontram equivalências históricas em muitas regiões do globo, tampouco as condições de vida atravessadas pelo marcador de gênero se veem representadas na caricatura proletária masculinista. Tratam-se de disposições de tempo quantitativa e qualitativamente diversas. Por isso, se categorias como *gig economy* parecem apontar para a emergência de novas relações sociais no mundo do trabalho nos países desenvolvidos, nos países periféricos os expedientes de sobrevivência vinculadas aos “bicos” são mais a regra do que a exceção.

Isso não significa ignorar as mudanças em tela, renunciadas desde meados da década de 1970, que se assentam no avanço neoliberal, na austeridade econômica, na desregulamentação trabalhista, no desmonte da seguridade social, bem como no advento e na profusão das tecnologias digitais de informação e comunicação, capazes de viabilizar um novo modo de organizar e de explorar a força de trabalho a partir do controle na dispersão e da transferência de custos e de riscos à classe trabalhadora<sup>2</sup>. Como frisam Fraser e Sousa Filho (2020), enquanto o regime anterior subordinava parcialmente os interesses de curto prazo das empresas privadas aos objetivos de longo prazo da acumulação sustentada, o que se viabilizava com a estabilização da reprodução por meio do provimento público, no presente regime os Estados se aparelham em prol do interesse imediato representado pela esfera privada, incluindo, nesse sentido, a retirada de investimentos públicos na reprodução social que impacta mormente no gerenciamento temporal das mulheres das classes populares. Somado a isso, combinados, esses fatores engendram novos parâmetros de experimentação do tempo, em teoria mais fluidos, mas concretamente vividos como uma interpelação para se manter constantemente disponível ao trabalho, sendo as fronteiras entre o tempo laboral e o tempo livre cada vez mais indiscerníveis, repercutindo nas possibilidades e na qualidade do usufruto do descanso.

O encontro entre a instabilidade profissional – resultante da deterioração dos contratos, da flexibilização das legislações trabalhistas e da retração de programas institucionais que promoviam progressão de carreira – e o léxico neoliberal do "empreendedorismo de si mesmo" – que exalta, discursiva e ideologicamente, o risco em detrimento da segurança – evidencia a emergência de novas modalidades de subjetivação relacionadas ao tempo, particularmente na capacidade de projeção do futuro. Nesse contexto, Sennett (1999) argumenta que, sob o domínio do fugidio, onde a estabilidade e as estruturas rígidas são concebidas como um obstáculo à modernização da economia flexível, as condições para que os sujeitos transformem seus caracteres em narrativas sustentadas e duradouras são significativamente comprometidas. A corrosão do caráter, discutida pelo autor supracitado nos marcos dessas transformações marcadas pelo efêmero, se articula com o diagnóstico posterior de Han (2015, p. 45), segundo o qual “a desnarrativização geral do mundo reforça o sentimento de transitoriedade”. O sentimento de transitoriedade, por sua vez, encontra-se imbuído das dificuldades que perpassam o estabelecimento de vínculos, dada a crescente fragmentação dos processos e relações laborais que, por seu turno, possuem impactos contundentes no que diz respeito à capacidade de organização coletiva em contextos de trabalho remoto ou subordinados às plataformas digitais.

No que se refere ao tangenciamento entre plataformas digitais e mundo do trabalho, ainda que haja uma concentração, em termos de expressividade numérica, de estudos voltados ao transporte de passageiros e aos serviços de entrega de mercadorias, observa-se, atualmente, seu espraiamento para diversos setores, inclusive para aqueles concernentes ao sexo e ao erotismo comerciais. A crescente presença de plataformas digitais como intermediárias das trocas comerciais de sexo e erotismo torna-se especialmente relevante ao possibilitar comparar seus impactos neste ramo historicamente marginalizado do mercado de trabalho brasileiro com setores que alçaram alguma formalização trabalhista em períodos precedentes, mas que vem sendo paulatinamente precarizados com o processo de subordinação às plataformas. Isso porque, ao levar em conta a posição de rebaixamento do trabalho sexual na divisão social e moral do trabalho, bem como as múltiplas violências institucionais e interpessoais que o conforma, o envolvimento com as plataformas pode, de modo contraditório, ser também percebida como uma forma de relativa proteção pessoal, ainda que atravessada por aspectos de exploração do trabalho e por normativas definidas unidirecionalmente, sem negociação coletiva cabível, senão a adesão aos termos de uso vigentes e alterados, ao sabor do que mais convêm às empresas-plataformas, com alguma frequência.

Nesse sentido, autonomia e submissão não só são tensionados como também atravessam as disposições corporais, emocionais e intelectuais que compõem o trabalho sexual em seus contornos cotidianos, colocando em xeque os intercâmbios entre estrutura e agência para além de sua compreensão como entidades absolutas assentadas na determinação ou na liberdade *stritu sensu*. Dito isso, nas linhas a seguir se buscará apresentar um panorama do trabalho sexual por plataformas digitais no Brasil, ressaltando a pluralidade ocupacional que o constitui e que origina escalas valorativas de regulação do estigma profissional que tensionam tempos normativos e tempos dissidentes. Somado a isso, serão tecidas considerações acerca das interfaces do mercado digital do sexo com os regimes temporais do capitalismo contemporâneo em seus imbricamentos com as relações sociais de gênero e sexualidade mediadas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação. Para isso, lançou-se mão da revisão bibliográfica sobre o mercado digital do sexo e sobre a plataformização do trabalho, enquanto fundamentos para se esboçar interpretações acerca dos fenômenos investigados, e da observação não-participante desse ecossistema composto por plataformas com distintos modelos de negócio, de representação discursiva e estética, de gestão laboral e de estratégias de promoção do encontro entre usuários clientes e prestadores de serviço.

## Trabalho sexual, mercado digital do sexo e tecnociência

Aludir ao mercado do sexo, como argumenta Piscitelli (2014), significa remontar a um vasto e interconectado campo, com finalidades que mesclam o econômico, o sexual e o afetivo, e que inclui um conjunto de atividades, de serviços e de produtos voltados ao estímulo, seja ele direto ou indireto/mediado, das economias libidinais, sendo estes oferecidos por empresas ou por indivíduos, em uma pluralidade de estabelecimentos ou de *lócus* de atuação, cuja variação em termos de organização, de escala e de clientela visada e/ou factualmente atingida é notória.

Trata-se, portanto, de um mercado dinâmico, caracterizado pela mobilidade interna entre as diferentes ocupações e profundamente vinculado ao seu contexto histórico e cultural. Isso significa que as formas de compra e venda de sexo e/ou erotismo estão fortemente situadas no interior de uma conjuntura determinante. Nesse sentido, do ponto de vista dos meios técnicos, o advento da imprensa, da telefonia, da televisão, dos dispositivos de vídeo e, posteriormente, da rede mundial de internet, proporcionou novas possibilidades para a comercialização de manifestações da sexualidade, como analisado por Caminhas (2018).

Dessa forma, tem-se que os modos de organização da produção e da reprodução da vida conformam e reconfiguram os limiares da sexualidade e de sua representação, em níveis de análise múltiplos. As mudanças na tecnociência trazem à tona novas modalidades de inscrição da experiência do corpo, do imaginário sexual e do desejo, as quais passam pela publicação e pelo consumo de contos eróticos, pela interação via *disk* sexo, pela produção e distribuição de pornografia, pelos anúncios de programas, até *chats* e *webcamming*s sexuais pagos.

Os modos de organização da produção e da reprodução da vida moldam e redefinem os limites da sexualidade e de sua representação em diferentes níveis de análise. As transformações no campo da tecnociência evidenciam novas formas de inscrição da experiência corporal, do imaginário sexual e do desejo, abrangendo desde a publicação e o consumo de contos eróticos, a interação por meio do *disk* sexo, a produção e distribuição de pornografia, os anúncios de serviços, até os chats e transmissões sexuais pagas via *webcam*.

Nesse contexto, o digital não apenas serve de suporte para conteúdos originalmente concebidos fora desse ambiente, mas também influencia e reconfigura as práticas e interações dentro do mercado do sexo já existente. Desse modo, com a chegada da internet discada, observa-se uma grande transferência de vídeos pornográficos

analogicos para o meio digital, provocando mudanças na forma de armazenamento e circulação desses materiais audiovisuais, bem como nas relações entre criadores e consumidores.

Já com a expansão da internet banda larga, novos horizontes se desenham na interface com o mercado do sexo. O compartilhamento simultâneo de conteúdos favorece a proliferação de *blogs* e *vlogs* de diversas temáticas, incluindo aquelas de teor erótico-sexual. Nesse cenário, há uma transição dos tradicionais estúdios para um espaço mais amador e doméstico, com produções intimistas e cotidianas que não passam necessariamente pela intermediação de grandes empresas do setor pornográfico. Esse fenômeno é analisado por Parreiras (2012), que investiga as chamadas produções alternativas, que criam novos nichos mercadológicos a partir de marcadores de diferença.

Contudo, a adoção das novas tecnologias não ocorre de maneira uniforme, sendo atravessada por desigualdades estruturais. A divisão internacional do trabalho, as distintas posições dos países em termos de dependência tecnológica e as disparidades de classe dentro de um mesmo território impactam o acesso às inovações, fazendo com que as transformações no mercado do sexo se desenrolem em ritmos e em formas distintas ao redor do globo e entre diferentes grupos sociais e culturais.

Dessa forma, se nos primeiros momentos da popularização da internet banda larga há uma significativa migração das produções erótico-sexuais das grandes produtoras para ambientes domésticos, com conteúdos mais personalizados e comercializados diretamente por seus próprios criadores, em seguida, interpõe-se um novo movimento, que perpassa e modula todo o mercado do sexo: a ascensão das plataformas digitais.

Essas plataformas não apenas alteram a lógica predominante na *web*, mas também exercem grande impacto no mundo do trabalho. De modo geral, elas se tornam instrumentos de privatização da internet, promovendo uma crescente centralização em conglomerados midiáticos. Com isso, a venda individual de conteúdos dá lugar a um modelo em que as plataformas controlam a infraestrutura, definem sistemas de pagamento e avaliação, estabelecem políticas de adesão, moderação e uso, e se integram aos mecanismos e funcionalidades das redes sociais convencionais.

No entanto, o mercado do sexo não se limita a adaptar-se passivamente às transformações tecnológicas impulsionadas pela acumulação capitalista no contexto pós-fordista. Pelo contrário, ele também desempenha um papel ativo na promoção de inovações e reconfigurações, sendo um elemento fundamental na própria construção das redes globais de computadores e da internet, como aponta Caminhas (2018). Desse modo, verifica-se que as demandas oriundas do trabalho sexual impulsionam o desenvolvimento

de novos dispositivos e a reinvenção das funções de tecnologias já existentes. Ou seja, das dinâmicas do trabalho sexual surgem demandas que reclamam respostas e estas alavancam a criação de novos artefatos ou a reinvenção das funções tradicionais dos artefatos disponíveis.

Com isso, pode-se argumentar que as disputas em torno do desejo e do que é hegemonicamente considerado lícito ou ilícito nas relações sexuais e eróticas acompanham, ainda que de forma não síncrona ou não imediata, as mudanças no regime de acumulação capitalista. No rol dessas mudanças, que incluem forma (meio) e conteúdo (características), o tempo e a percepção de sua velocidade, com aberturas e restrições, são também alterados, modificando, com isso, a relação objetiva e subjetiva estabelecida entre os seres sociais e os fenômenos.

O digital não é apenas um dado objetivo da realidade, mas também – assim como outras produções humanas ao longo da história – alterou decisivamente nossa percepção subjetiva acerca do tempo e do espaço, transformando, com isso, a nossa percepção a respeito do virtual. Antes da internet e do respectivo desenvolvimento tecnológico que permitiu condensar uma câmera fotográfica de alta resolução em um aparelho móvel de telefone, a foto do nude teria que ser revelada em um estúdio por um funcionário desconhecido, mediante um pagamento, para depois ser enviada pelo correio, demorando dias, e até semanas, para chegar, a depender da distância entre o emissor e o receptor (FAUSTINO, LIPPOLD, 2023, p. 37).

Dadas as possibilidades materiais representadas pelas novas infraestruturas tecnológicas, no Brasil, os mercados de sexo e erotismo digitais vêm se ampliando, sendo crescentemente dominados por plataformas e seus modelos de gestão comercial e laboral. Desde a chegada e ascensão do *altporn*, como discute Parreiras (2012), visualiza-se o surgimento de *sex techs* nacionais, no entanto, é somente com o desenvolvimento das plataformas para sexo e erotismo que as *sex techs* brasileiras se consolidam e se diversificam, conjugando ramos nativos-digitais com aqueles que nascem em regimes presenciais, mas migram ao, ou convivem com, o *online*.

Tal consolidação se relaciona com o efeito de rede das plataformas, que ao alcançarem uma posição de predomínio mercadológico, atrelada ao número de usuários que condensa, aumenta sua margem de definição de critérios em favorecimento próprio, pois esse processo cria um contexto de dependência para com as plataformas. Dessa forma, como pontuam Van der Lan e Roncato (2023), benefícios e atrativos mobilizados inicialmente para atrair o público gradativamente se desfazem a medida com que as empresas-plataformas crescem e transmitem a mensagem de incontornabilidade de si, por concentrarem a possibilidade de consecução do trabalho.

Nesse sentido, não apenas o processo e o produto do trabalho são mercantilizados (nesse caso, a capacidade de administrar “ressonâncias carnavais”<sup>3</sup>), mas a própria expectativa de acesso ao emprego também o é. Por conseguinte, aqui se visualiza um movimento de subsunção real do trabalho sexual ao capital, tal qual concebido por Marx (2013). Isto é, o capital não apenas controla formalmente o trabalho, mas subordina-o integralmente às suas necessidades. Assim, de trabalho histórica e predominantemente improdutivo<sup>4</sup>, o trabalho sexual, em sua pluralidade, se torna massivamente produtivo em função dos mecanismos de geração e de expropriação de mais-valor que passam a configurá-lo nas plataformas digitais.

### **Trabalho sexual, *sex techs* brasileiras e usos sociais do tempo**

A fim de fornecer um panorama acerca da difusão das *sex techs* no Brasil, alguns marcos foram selecionados. Em 2010 é inaugurada a primeira plataforma de *camming* no país, a Câmera Hot, seguida pela Câmera Privê, que desponta em 2013. Ambas são voltadas à transmissão ao vivo de práticas e de performances eróticas e sexuais via webcam. Em 2015, emerge a primeira plataforma de *sugar relationships* do Brasil, a Meu Patrocínio, que, embora não se centre necessariamente em uma relação comercial, se baseia no sexo transacional. Em 2016, é criada a FatalModel, hoje a maior plataforma de acompanhantes do país. E, em 2021, aparece a primeira plataforma nacional para comércio de conteúdo erótico por assinatura, similar ao OnlyFans, a Privacy.

No rol dessa diversificação do mercado sexual nacional, Rand (2019) chama a atenção para a ascensão de “empreendedores sexuais”, que além de gerenciarem o trabalho e as rotinas laborais “tradicionais” são impelidos a estabelecerem uma marca própria e a elaborar “empresas individuais” para atuarem nos mercados de sexo por plataformas. Essa atuação não se restringe, porém, a ou às plataformas imediatamente identificadas como de trabalho, envolvendo também uma necessidade de pulverização pelas redes sociais convencionais, visando a divulgação do trabalho e de si enquanto representante da qualidade desse trabalho.

Ao se considerar o emparelhamento que se estabelece entre empreendedorismo e empoderamento feminino, faz-se profícuo pensar, em diálogo com Cornwall, que à medida que conceitos feministas como “agência” e “escolha” passaram a ser colocados a serviço do neoliberalismo, a palavra “*empowerment*”, recorrentemente acionada pelas plataformas, foi esvaziada de conteúdo desafiador em relação às desvantagens generificadas estruturalmente postas. Em vez disso, essa tende a se reduzir à acomodação

das mulheres dentro das ordens sociais e de gênero existentes e não contestadas, mas discursivamente redimensionadas pelo léxico do empreendedorismo ou da autogestão subordinada (ABÍLIO, 2019).

No rol destas dinâmicas, como mencionado, as trabalhadoras do sexo tornam-se cada vez mais dependentes da marca pessoal a ser divulgada em mídias sociais para aumentarem seus potenciais de venda, indispensáveis para a movimentação das plataformas. Essa característica do trabalho sexual subordinado às plataformas digitais aponta para uma transferência de custos e de riscos às trabalhadoras, que precisam criar e atualizar seus perfis, mas sem a garantia retorno monetário via contratação. Esse retorno se dá, ao contrário, às plataformas, em função do tempo de acesso dos visitantes, dos cliques e dos dados produzidos a partir dessa confluência de rastros digitais passíveis de monetização.

Dessa forma, desde uma perspectiva da economia de dados e da economia da atenção, tanto trabalhadores/as quanto clientes são ensejados a permanecerem por períodos mais longos de tempo nas plataformas, ainda que essa permanência não envolva a contratação dos serviços e a troca monetária direta. Como dispõem Faustino e Lippold (2023, p. 126), o tempo de permanência do usuário nas plataformas é “um indicador monetizado pelas plataformas na hora de venderem seus serviços de indução a possíveis anunciantes”. Essa lógica operacional tem resultado em um processo de gamificação das interfaces, de forma a aumentar o tempo de uso das plataformas, ainda que, com isso, se comprometa a viabilidade profissional das pessoas nelas cadastradas, intensificando a insegurança e a incerteza quanto a remuneração.

Nesse meio, contudo, a insegurança e a incerteza, além de possuírem um caráter econômico, são vivenciados também em articulação com os sentimentos de medo e de vergonha condicionados pelos rituais cotidianos de humilhação que estão implicados nos vazamentos ilegais de conteúdos e nos desafios de arcar com a manutenção do sigilo quanto à própria identidade. A escolha por não publicizar a atuação profissional no trabalho sexual vem sendo retratada pela literatura como uma busca por se preservar dos estigmas, e não se restringe ao contexto do trabalho sexual no digital, atravessando também as realidades de trabalho presenciais, como consta em Esposito e Kahhale (2006), Burbulhan, Guimarães e Bruns (2012) e Caminhas (2025). Nesse sentido, como argumenta Díaz-Benitez (2013), compreende-se que o gênero é também *feito* por meio de práticas e sentimentos de humilhação, que são condicionados por regimentos e interditos socialmente construídos.

Destarte, desenha-se no mercado digital do sexo plataformizado uma interpenetração entre tempos de capitalização de clientes, tempos de produção de materiais fotográficos, audiovisuais ou textuais de criação de perfis nas plataformas, tempos de gestão de múltiplas redes de divulgação de serviços e de conteúdos, tempos de recuperação corporal, emocional e intelectual do trabalho, tempos de planejamento e de harmonização das tarefas a serem executadas, que mesclam o pessoal e o profissional, tempos de investimento na própria imagem, tempos de estigmatização e tempos de militância e reafirmação profissional, maioria dos quais não é revertido diretamente em ganhos monetários.

Por conseguinte, faz-se essencial a ponderação crítica de Martinez (2007, p. 15) sobre as disponibilidades de tempo no capitalismo flexível.

A perspectiva das disponibilidades de tempo permite ultrapassar, ao englobá-lo, o problema da medida do trabalho através do tempo, dado que a participação dos trabalhadores parece menos regida do que antes pelas delimitações da duração do trabalho, num contexto em que o resultado prevalece sobre o cálculo das horas ou quando o tempo chega a ser objeto de intercâmbio e em horário irregular. Dito de outra forma, quer se conte ou não o tempo de trabalho, a eficácia da organização apoia-se, de todas as maneiras, na disponibilidade temporal e na implicação subjetiva dos trabalhadores.

De maneira geral, a partir do exposto acima, visualiza-se que os tempos à disposição do trabalho, ainda que fora do trabalho, não são senão formas de predar o tempo livre conquistado. Essa concepção é partilhada e desenvolvida também por Cardoso (2017, p. 67), ao enfatizar a importância de se pensar, para além da ideia de jornada de trabalho formal, em tempos dedicados ao trabalho, uma vez que estes revelam toda uma gama de atividades relacionadas ao trabalho, “que causam desgaste para o trabalhador, que desorganizam sua vida social e que, além de tudo, não são contabilizadas como trabalho e, consequentemente, não são objeto de remuneração ou compensação”.

## **O ecossistema do trabalho sexual digital**

Com fins esquemáticos, propõe-se que é possível pensar o mercado digital do sexo a partir das clivagens híbrido e virtual, síncrono e assíncrono, erótico e sexual, em sentido amplo e em sentido estrito (atrelado ou não ao comercial), e legitimado ou ilegítimo socialmente. Embora essa categorização não abarque e nem se proponha a abarcar toda a complexidade encarnada do trabalho sexual por plataformas digitais, ela, por outro lado, pode contribuir com uma sistematização do campo em termos de semelhanças e de diferenças.

No primeiro caso, visualiza-se um contraste da prostituição em relação às demais modalidades de trabalho sexual, que não envolvem um encontro material, ou um regime de co-presença física, entre usuário-cliente e prestadores/as de serviço, como no caso do *camming*, do *streaming* voltado à pornografia, ou de plataformas de assinatura de conteúdo erótico-sexual. Esta é uma diferenciação relevante, entre outros fatores, por não raro evocar escalas morais que perpassam o trabalho sexual. Como explica Caminhas (2025), ainda que todo trabalho sexual seja considerado *dirty work*, as atividades e os serviços que envolvem contato físico e maior proximidade com os clientes costumam se figurar como os mais maculados, maculando também quem os exerce.

Somado a isso, ao se pensar a vivência e o exercício da sexualidade como acontecimentos temporais em corpos que são, a um só tempo, avatares, projeções fílmicas digitalizadas, mas também suporte físico-concreto de uma existência cada vez mais híbrida, entre o orgânico e o maquínico, tal como defende Haraway (2019), pode-se abrir caminho para indagar reverberações e redimensionamentos relativos ao campo do sensível no interior das dinâmicas que integram o *offline* e o *online* em concomitâncias e sobreposições que convocam à revisão crítica das fronteiras e das confluências entre sexualidade, dispositivos digitais e condições laborais em suas manifestações contemporâneas.

No segundo caso, interpõe-se a distinção entre trabalho vivo e trabalho morto, ou entre o trabalho em curso (síncrono) e aquele já objetivado, mas passível de ser revisitado (assíncrono). Na primeira configuração, diz-se de uma troca em tempo real, a partir de simultaneidades que permitem interação e algum nível de pessoalidade com a clientela, como no caso da prostituição (híbrida) e do *camming* (virtual). Por outro lado, na segunda configuração, o produto do trabalho está finalizado e a interação, seja com outras pessoas ou com objetos, se deu no processo de sua concretização já finda, podendo ser este produto audiovisual ou fotográfico, agregado em plataformas de assinatura de conteúdo, alocado em plataformas de *streaming* de conteúdo adulto ou compondo amostras gratuitas em perfis de acompanhantes ou de *camgirls*.

No terceiro caso, apresenta-se a cisão entre trabalhadoras/es e empresas-plataformas que operam com a noção do erótico em contraposição ao do sexual, sendo, portanto, categorias êmicas que marcam uma distinção entre o que se considera sugestão e insinuação *versus* o que se considera explícito, compreensões essas que passam por variações significativas ao longo da história, como argumenta Moraes (2003). Esse marco divisório, para além do que se interpõe enquanto sugestivo ou explícito em cada período ou contexto, revela hierarquizações morais, estéticas e classistas em torno do sexo, se

constituindo, em última instância, em instrumental de controle dos corpos. Portanto, afastar-se discursivamente do sexual e do pornográfico em prol do erótico se torna também estratégico quando se objetiva uma lavagem moral do estigma sexual, ainda que, ao fim e ao cabo, redunde em uma perspectiva higienista sobre o sexo e sobre o exercício da sexualidade.

No quarto caso, leva-se em conta que a paisagem do mercado digital do sexo é atravessada por uma série de aplicativos voltados à paquera, ao namoro ou ao matrimônio, que mediam crescentemente as relações sexuais, mas que se encontram fora do registro comercial e, por conseguinte, muitas vezes fora também do que se entende imediatamente por mercado sexual. De modo similar, no último caso, é possível identificar a proeminência de sexólogos/as, terapeutas sexuais e *coachs*, que compõem esse mercado em plataformas ou redes sociais, operando com um discurso de verdade sobre o sexo, mas cuja atuação tende a ser socialmente legitimada, em contraposição com os estigmas históricos que recaem sobre os/as profissionais do sexo de outros ramos.

Dessa forma, considera-se que o trabalho sexual, assim como o tempo, longe de coincidir com a pretensa homogeneidade que circula pelo discurso social corrente, integra uma multiplicidade de atividades, de práticas vedadas ou permitidas, de ambientações e de formas organizativas que não escapam a formulação de normatividades próprias, as quais impactam tanto na remuneração, quanto no acesso diferencial à estima e ao respeito profissional e pessoal. Nesse sentido, considera-se que a divisão social, racial, etária e moral do trabalho sexual se relaciona com as diferentes feições que o estigma adquire a depender dos componentes materiais e simbólicos atrelados aos serviços ofertados e a identidade de quem exerce esse trabalho, de modo que as diferentes posicionalidades que as mulheres ocupam nesse contexto são sobredeterminadas pelo amálgama de dimensões que são estruturantes da sociedade de classes (como o racismo e o machismo) e que repercutem também na vida fora do espectro do trabalho.

### **Considerações finais**

A partir do exposto, buscou-se compreender as articulações entre temporalidade, capitalismo e gênero, situando o trabalho sexual platformizado como um fenômeno central para desvelar as contradições e os tensionamentos presentes na realidade social. A abordagem aqui adotada enfatizou que o tempo, longe de ser um dado neutro ou uniforme, constitui uma arena política e relacional, na qual diferentes grupos disputam seu significado, controle e usos. No contexto do trabalho sexual, pontuou-se que as

plataformas digitais emergem como agentes que impulsionam a reconfiguração dos tempos laborais, a qual impacta significativamente na organização da vida cotidiana mais ampla das trabalhadoras do sexo.

As temporalidades engendradas por essas dinâmicas revelam não apenas as pressões estruturais específicas do capitalismo em sua forma histórica atual, mas também os limites das narrativas de autonomia promovidas pelas plataformas, frequentemente revestidas de discursos neoliberais de empoderamento individual. Desse modo, sob a aparência de flexibilização temporal se oculta uma ampliação das exigências emocionais, físicas e intelectuais endereçadas às trabalhadoras que precisam compatibilizar itinerários de trabalho e renda, em um contexto em que se tornam crescentemente dependentes dessas infraestruturas digitais, dada a sua posição de hegemonia mercadológica.

Somado a isso, a investigação acerca do mercado digital do sexo ressaltou a interpenetração entre os tempos *online* e *offline*, bem como a coexistência de estigmas históricos e novas formas de controle exercidas pelas plataformas digitais. Nesse sentido, considera-se profícuo aprofundar as reflexões em torno das relações entre tecnologia, trabalho e gênero, questionando não apenas os limites das condições laborais, mas também os processos que naturalizam desigualdades e perpetuam opressões.

Por fim, aponta-se que o artigo visou evidenciar como a plataformização intensifica mecanismos de precarização do trabalho ao exigir das trabalhadoras uma disponibilidade temporal ampliada e multidimensional que inclui a administração dos custos e riscos do trabalho. Essa realidade não apenas reafirma as dinâmicas do mercado de trabalho na periferia do sistema, mas também destaca características históricas do trabalho sexual, tradicionalmente marginalizado e estigmatizado, localizado nas bordas entre o informal, o ilegal e o ilícito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias** (UFRGS), v. 23, p. 26-56, 2021.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 2015.

BESSIN, Marc; GAUDART, Corinne. Lês temps sexués de l'activité: la temporalité au principe du genre? Temporalités. **Revue des Sciences Sociales et Humaines**. Paris, no. 9, 2009.

BHATTACHARYA, Tithi (org). **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo: Elefante, 2023.

BIHR, Alain. **A ruptura do compromisso fordista**. In: Da grande noite à alternativa – o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1987.

BURBULHAN, Fernanda; GUIMARAES, Roberto Mendes; BRUNS, Maria Alves de Toledo. Dinheiro, afeto, sexualidade: a relação de prostitutas com seus clientes. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 17, n. 4, p. 669-677, 2012.

BURCHI, S, Economias domésticas. Trabalhar em casa em tempos de precariedade. Novas profissões e espaços de vida. **Laplage em revista**, vol. 4, n. 1, p. 21-35, 2018.

CAMINHAS, Lorena Rúbia Pereira. A mediatização dos mercados do sexo e a configuração

da experiência erótica mediada. **Galáxia** (São Paulo), n. 37, p. 162–174, jan. 2018.

CAMINHAS, Lorena. Reconhecimento em Dirty Works: A Gestão do Estigma no Trabalho Sexual\*. **Dados**, v. 68, n. 2, p. e20230019, 2025.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**: vidas cotidianas de trabalhadores. Tese de Doutorado em Sociologia. USP. 2007.

CARDOSO, Ana Cláudia Moreira. Direito e dever à desconexão: disputas pelos tempos de trabalho e não trabalho. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p. 62–85, 2017.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudos de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez, 1994.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. O gênero da humilhação. Afetos, relações e complexos emocionais. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, n. 54, p. 51–78, maio 2019.

ESPOSITO, Ana Paula Gomes; KAHHALE, Edna Maria Peters. Profissionais do sexo: sentidos produzidos no cotidiano de trabalho e aspectos relacionados ao HIV. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 329-339, 2006.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005.

FAUSTINO, Deivison, LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

FRASER, Nancy. **After The Family Wage**: a postindustrial thought experiment. In: FRASER, Nancy. *Justice interruptus: critical reflections on the ‘postsocialist’ condition*. New York: Routledge, 1997.

FRASER, Nancy; SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues de. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia** (UFRN), [S. l.], v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020.

FREITAS, Taís Viudes de. **A quem serve a disponibilidade das mulheres?: relações entre gênero, trabalho e família**. 2016. 1 recurso online (327 p.). Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. São Paulo: Vozes, 2015.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue**: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.

MARTINEZ, Esteban. As disponibilidades de tempo na construção de normas temporais de trabalho, **Laboreal** [Online], Volume 3, nº 2, 2007.

MORAES, Eliane Robert. O efeito obsceno. **Cadernos Pagu**, n. 20, p. 121–130, 2003.

PAASONEN, Susanna. **Carnal Resonance**. Affect and online pornography. Cambridge: The MITPress, 2011.

PARREIRAS, Carolina. Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. **Cadernos Pagu**, n. 38, p. 197–222, jan. 2012.

PISCITELLI, Adriana. Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 159–199, jan. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. São Paulo: Record, 1999.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

VAN DER LAAN, Murilo, RONCATO, Mariana Shinohara. **Uberização do trabalho e produção de diferenças**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). Icebergs à deriva: o trabalho nas plataformas digitais. São Paulo: Boitempo, 2023.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.